

TRABALHANDO A IDENTIDADE CULTURAL COMO FERRAMENTA DE ENSINO JUNTO AOS ALUNOS DE UMA ESCOLA MULTISSERIADA: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID DE PEDAGOGIA

Jessyca Manuely Borges Aleixo ¹
Mário Jorge Barros da Silva Filho ²
Maria do Socorro Castro Hage ³

RESUMO

O presente relato de experiência foi desenvolvido durante o período como bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) em uma escola multisseriada que está localizada no meio rural do município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará, e teve como principal objetivo conectar os alunos às memórias e conhecimentos presentes em seu território, com o intuito de promover a valorização da cultura. A questão problema que está norteadando o trabalho é: O que podemos aprender ouvindo a história de vida de uma pessoa mais velha da nossa comunidade? Metodologicamente esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que vem permitir ter um contato melhor com o local e os sujeitos que estão envolvidos na pesquisa, além de levantamento bibliográfico referentes a temática que está sendo trabalhada e atividades de campo que foram realizadas com os educandos. Dessa maneira, inicialmente é abordado teoricamente os conceitos de Educação do Campo e a Multissérie, como a principal modalidade e organização de ensino, e que são de grande importância para os moradores do meio rural, assim como a ensino da disciplina de Identidade Cultural e o Currículo Educacional que está inserido na realidade dos educandos, esses assuntos são essenciais para entender a forma de ensino que está sendo utilizada. Por conseguinte, serão apresentados os resultados de uma atividade desenvolvida durante disciplina de Identidade Cultural, e como a inserção dela na realidade dos educandos é de grande relevância para entender a cultura local. Dessa forma, percebe-se a importância de incluir essa disciplina no currículo escolar, pois ela contribui para que os alunos do campo conheçam, valorizem e reflitam sobre a realidade da comunidade em que vivem. Além disso, permite o diálogo sobre a cultura local, os saberes populares e as tradições que fazem parte do seu cotidiano.

Palavras-chave: Educação do Campo, Multissérie, Identidade Cultural.

INTRODUÇÃO

A identidade cultural é um conceito fundamental para entendermos como as pessoas desenvolvem o sentimento de pertencimento e reconhecimento em uma comunidade. No contexto escolar, essa construção torna-se ainda mais relevante, uma vez que a escola serve como um local para socialização, troca de conhecimentos e formação de valores. Ao levar em

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, jessyca.mbaleixo@aluno.uepa.br;

² Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, mario.jbdsfilho@aluno.uepa.br;

³ Professora orientadora: Doutora em Educação, Pontifícia Universidade Católica - SP, socorro.hage@uepa.br.





conta a identidade cultural dos alunos ao planejar e implementar o currículo, a educação se torna mais significativa e inclusiva, promovendo o respeito pelas diversidades e reforçando a autoestima dos estudantes. Como aponta Freire (1979), quando o indivíduo analisa criticamente sua realidade, ele consegue refletir sobre os desafios que a compõem, formular hipóteses e buscar mudanças significativas. Dessa forma, ele cria um mundo próprio, redimensionando a si mesmo e as situações ao seu redor.

Contudo, é fundamental entender que a identidade cultural não é algo estático ou permanente. Segundo Hall (2006), a identidade passa por quebras, descontinuidades e transformações constantes, sendo influenciada por diversas vivências e contextos históricos. A partir desse ponto de vista, entende-se que a identidade está sempre em construção, o que torna ainda mais urgente a sua valorização dentro do ambiente escolar.

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a importância de considerar a identidade cultural dos alunos no ensino e aprendizagem, especialmente em uma escola multisseriada situada na área rural. A pesquisa foi realizada a partir das experiências no subprojeto PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), onde se pôde notar como a desconexão entre o currículo formal e a realidade dos estudantes pode provocar desânimo e obstáculos no processo educativo.

Uma das atividades realizadas foi a visita à casa da Dona Maria do beiju, uma moradora tradicional da comunidade, onde os alunos do 4º e 5º ano realizaram uma entrevista para conhecer sua história de vida e o modo de produção do beiju, alimento típico da região. Essa vivência possibilitou aos estudantes valorizar os saberes locais, reconhecer a importância da cultura comunitária e compreender que o conhecimento também se constrói fora da sala de aula. A experiência proporcionou um aprendizado significativo, ao mesmo tempo em que fortaleceu os vínculos entre escola e comunidade.

A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em observações, registros em diário de campo e atividades pedagógicas contextualizadas à realidade dos discentes. Os resultados apontaram que, quando o currículo dialoga com a vivência dos alunos, o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais participativo, crítico e transformador. Conclui-se, assim, que valorizar a identidade cultural dos educandos é essencial para construir uma educação





democrática, humanizadora e verdadeiramente comprometida com a realidade das populações do campo.

METODOLOGIA

Metodologicamente este trabalho, possui uma abordagem qualitativa visando à inserção na ambiente escolar, tendo o local de estudo como a principal fonte de informações, tendo um contato mais direto com o local e sujeitos da pesquisa (Lüdke e André, 1986). A pesquisa ocorreu em uma escola onde o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) atua. Foi realizada também uma revisão bibliográfica sobre o assunto, para aprofundamento na temática. Utilizando plataformas como: Google Acadêmico, Scielo e repositório das universidades. Por conseguinte, foi posto em prática a atividade de campo com os alunos na disciplina de identidade cultural, com o intuito de promover a valorização de pessoas importantes da comunidade.

IDENTIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO

A cultura quando retratada no território brasileiro, não está apenas se referindo apenas a uma única cultura, mas sim nas diversas e ricas culturas que estão presentes pelos estados no território brasileiro. Conforme explica Albó (2005, p. 16), “cultura é o conjunto de características adquiridas pela aprendizagem, em oposição às que herdamos biologicamente, é, então cultural e não biológica qualquer característica apreendida e não transmitida biologicamente”. Essas matrizes culturais presentes no Brasil são resultados de anos de tradições, costumes, crenças e saberes passado por várias gerações, e que são importantes para as populações presentes no país, pois significa a continuidade da mesma.

Posto isso, no contexto educacional o componente curricular de identidade cultural está presente em diversos planejamentos das escolas da rede estadual como também na municipal de ensino, e visa possibilitar que os alunos tenham acesso a história e cultural no local onde vivem. Esse componente mesmo não possuindo uma lei de criação, porém existem leis que garantem e institucionalizam na educação o ensino sobre as diversas culturas presentes no Brasil como: a cultura do campo, indígena e afro-brasileira.

Com os avanços dos anos, e diversos movimentos em buscas de ensino que valorizem as culturas presentes no território brasileiro, às primeiras medidas a favor de ensino democrático que surgem na década de 80 com a criação da Constituição Federal de 1988 no seu Art. 215, vem afirmar que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos





culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988).

Na Constituição Federal, também está presente um artigo 216, que semelhantemente ao Art. 215, ele constitui o patrimônio cultural material e imaterial como portadores de referência de identidade. Garantido que tradições e crenças que são uma forma de determinada população se expressar sejam consideradas patrimônio, que possibilita uma interação e consequentemente um aprendizado da cultura onde o sujeito está incluído.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, Art. 216).

Esse foi um início de várias conquistas em relação a identidade cultural, os movimento que lutam por esses direitos, são essenciais para que de fato ocorra valorização da cultura das populações que estão presente no país, e que vem possibilitar que no contexto educacional os alunos tenham um contato maior, justamente na realização do componente curricular de Identidade Cultural em que algumas escolas da rede estadual e municipal já aderiram para suas matrizes curriculares.

Além da Constituição Federal, outras leis ao decorrer dos anos foram promulgadas no país, entre elas estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996, que vem reconhecer a diversidade como um dos principais pilares da educação, as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que modificam a LDB para tornar obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena no sistema de educação básica do país, na Lei nº 12.852/2013, garante que os jovens tenham o direito de ter acesso a cultura e a diversidade cultural. Essas leis que foram sancionadas, após a Constituição Federal que em sua maioria são voltadas para educação, mostram o quanto vem se tornando importante a questão do ensino das culturas nas salas de aula, e que ele é essencial não só para valorização das culturas, mas também para a construção social dos sujeitos.

Portanto, a identidade cultural tem uma grande relevância para sociedade brasileira, vista que a mesma representa as histórias que ao longo dos anos carregam crenças, saberes e costumes que perpetuam gerações e jamais podem ser perdidos ou esquecidos. E é nesse





contexto que a educação entra como uma forma de manter essa identidade viva, por meio do ensino da mesma no ambiente educacional, proporcionando um conhecimento da sua realidade e que trabalhara a construção social desses sujeitos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, LUTAS E REALIDADE

A educação do campo uma modalidade educacional que está presente no Brasil e também em outros diversos países, essa modalidade visa fornecer educação de qualidades para populações que se encontram localizadas nas áreas de campo das cidades. Esse modelo é essencial para educação dos moradores do campo, o ensino ocorre por meios das organizações presentes nessas localidades sendo elas: multisseriadas, quilombolas ou indígenas, que permitem que os sujeitos que estão no campo tenham acesso a educação básica de qualidade (Pereira, 2008).

O contexto histórico da educação do campo começa de fato durante o século XX, onde devido os grandes êxodos rurais que ocorreram do campo para cidade, as grandes classes da época com a intenção de conter a população do campo, criam a modalidade educacional do campo, como uma forma concentrar essa população no meio rural. A educação fornecida para os moradores do campo eram de péssimas qualidades e não atendiam as suas necessidades, mas as das classes dominantes que eram os grandes empresários do período (Leite, 1999).

Porém, chegando ao final do século XX, com as dificuldades que educação do campo vinha enfrentando por décadas, os primeiros movimentos populares pela melhora do ensino começam acontecer principalmente com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que começam a lutar pela importância da modalidade educacional perante a sociedade brasileira. É a partir desse momento que começam os primeiros pensamentos para fornecer educação de qualidade para os moradores do meio rural, assim como elaboração de leis e projetos que buscam o desenvolvimento do campo assim (Caldart, 2011, p.18):

[...] a Educação do Campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes Movimentos Sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem

Esses movimentos sociais começaram a modificar com a realidade da educação no meio rural, com as primeiras ações ocorrendo nas décadas seguintes com as promulgações leis e projetos que buscavam de fato a melhora da oferta de ensino da educação do campo. O





avanço foi de forma gradativa, de acordo que as lei e diretrizes da educação se atualizavam, novas implementações sobre a oferta de ensino na área de campo eram lançadas.

Entre as várias políticas públicas desenvolvidas para melhora na educação do campo, a primeira foi na Constituição Federal de 1988, que fala sobre a garantia de educação de qualidade para qualquer cidadão brasileiro, e também a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LBD), que dedicou um artigo inteiro para contextualiza sobre o ensino no campo, e como seria a realização do mesmo, seguindo as necessidades dos sujeitos.

Entretanto, mesmo com as conquistas e avanços da educação campo, ainda existem dificuldades e desafios que estão presentes nos dias atuais, e que precisam ser resolvidos para a modalidade educacional continuar avançando. Devido esses desafios que constantemente os movimentos sociais continuam lutando para que esses problemas possam ser resolvidos e a educação básica de qualidade seja fornecida para os moradores do campo. Assim, é possível que as principais necessidades que as pessoas que moram no meio rural, sejam atendidas e consequentemente tenham melhores resultados e desempenhos em sua aprendizagem.

Dessa forma, a educação do campo vem ser fundamental para a sociedade brasileira, vista que ela importante para que os sujeitos que moram no campo tenham o acesso a educação como qualquer outro cidadão. E por meio das aulas realizadas nessas escolas, independente da organização que a mesma trabalha, com a didática correta utilizada pelo educador, o aluno é transformado socialmente, ou seja, o ensino vai além de conhecimentos, mas também formar um sujeito social e crítico para a sociedade.

CURRÍCULO EM DIALÓGO COM A REALIDADE

Quando falamos sobre currículo, é fundamental compreender que ele não é neutro. Como afirma Freire (1996), não existe neutralidade na educação, sempre há relações de poder envolvidas. Frequentemente, somos formados com base em uma educação bancária e tecnicista, que valoriza a transmissão de conteúdos prontos em vez do diálogo e da construção coletiva do conhecimento. No entanto, o currículo vai além das estruturas de poder: ele também envolve cultura, identidade e história.

Nesse sentido, Silva (1999) destaca que o currículo possui significados que extrapolam os limites das teorias tradicionais. Para o autor:





O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 1999, p. 150)

A ausência de diálogo entre o currículo e a realidade dos educandos contribui para a reprodução de desigualdades sociais e educacionais. Por exemplo, um currículo elaborado a partir da lógica urbana pode não contemplar as experiências vividas por estudantes da zona rural. Isso pode gerar desmotivação, baixo rendimento escolar e dificuldades no processo de aprendizagem, uma vez que os conteúdos ensinados não dialogam com o contexto dos alunos. O mesmo ocorre quando um currículo rural é aplicado em realidades urbanas, desconsiderando as especificidades culturais e sociais desse meio.

Nesse contexto, Sacristán (2000) argumenta que compreender o currículo como prática transformadora exige que ele esteja articulado a processos pedagógicos reflexivos, nos quais as dimensões culturais e sociais estejam integradas às ações educativas. Essa articulação, segundo o autor, ultrapassa os limites da sala de aula e envolve um olhar mais amplo sobre a função social da escola e da educação.

Nessa mesma perspectiva, Freire (1987, p. 52) afirma que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. O processo de aprendizagem deve partir da realidade vivida pelos alunos, valorizando os conhecimentos que já possuem, sua cultura, linguagem e contexto social. O autor também critica a abordagem tradicional de ensino, conhecida como “educação bancária”, na qual o professor transfere seu conhecimento para os alunos como se fossem recipientes vazios, ignorando suas realidades e limitando o desenvolvimento do pensamento crítico. Em contrapartida, Freire propõe uma educação libertadora, baseada no diálogo e na problematização da realidade, em que o currículo se constrói a partir das experiências dos educandos.

Desse modo, o aprendizado deixa de ser imposto e passa a ser um processo dialógico e significativo, que se conecta com a vida concreta dos alunos e contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados na transformação social.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que o currículo escolar precisa ser concebido como um elemento flexível, em constante construção, que se relacione com a





realidade social, cultural e histórica dos educandos. Ao reconhecer os estudantes como participantes ativos no processo de aprendizagem, portadores de saberes e vivências próprias, o currículo adquire um caráter transformador. Essa visão desafia os modelos tradicionais e tecnicistas, favorecendo uma educação mais sensível ao contexto e mais significativa para quem aprende.

Nesse aspecto, conforme Moreira (2008):

Entendemos relevância, então, como o potencial que o currículo possui de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como de ajudá-las a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para que isso aconteça. (MOREIRA, 2008, p. 21)

Um currículo com essa abordagem fortalece a relação entre escola e comunidade, amplia a participação dos alunos e contribui para a formação de indivíduos críticos, reflexivos e conscientes de sua função social. Portanto, torna-se uma ferramenta essencial na promoção de uma educação libertadora e comprometida com a transformação da realidade.

Desse modo, o aprendizado escolar deixa de ser uma obrigação e se transforma em uma conversa que se conecta com a vida dos alunos, promovendo uma educação mais relevante e ajudando a formar indivíduos críticos, conscientes de sua função na transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa foi realizada durante o período como bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em uma escola localizada no meio rural do município de Igarapé-Açu. A realização do trabalho com alunos do 4º e 5º ano do fundamental, que realizaram uma pesquisa durante a disciplina de identidade cultural.

Sendo assim, primeiramente foi realizada em sala de aula a apresentação dessa pessoa, dialogando com os educandos brevemente a história dessa moradora, explicando para eles que a mesma já era uma idosa, e que ela tinha uma importância histórica para comunidade. Em virtude disto, as crianças elaboram cartinhas, com felicitações para essa moradora local, devido a sua grande e importante história de vida.

Esse momento de interação dos alunos é de extrema importância para os alunos, pois estavam vivenciando uma parte da história da comunidade, de uma moradora que que passa sua vivências nas gerações para seus filhos e a comunidade onde mora, ou seja é uma tradição





que envolve a comunidade e que precisa ser apresentada para os alunos. Assim como afirma Arroyo (2004, p. 16):

[...] como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo?

O processo de ensino do campo deve respeitar o conhecimento do aluno e realizar também apresentação do seu contexto histórico e realidade social onde está inserido, visando possibilitar que eles tenham a compreensão da importância da história local como ter o sentimento de pertencimento. Esse contexto permite que o professor possa trabalhar outras temáticas com essa realidade presente na comunidade, ou seja, utiliza a realidade dos educando para ensinar as demais disciplinas.

Em seguida foi elaborado pela professora regente da turma, um questionário que foi utilizado durante a visita a residência. Após esse momento na escola os educandos foram levados a residência dessa ilustre senhora, onde para realização da leitura e entrega das cartas elaboradas por eles. Posteriormente, com a presença do principal sujeito da pesquisa, os alunos realizaram as perguntas do questionário sobre sua história de vida.

Essa visita na residência dessa moradora histórica da comunidade é essencial para a identidade dos educando. E nesse processo “A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos” (Arroyo; Caldart; Molina, 2004, p. 14).

O fato dos alunos estarem presente no local entendendo sua realidade, e a importância que a prática econômica dessa moradora local tem, o aprendizado dos educandos é melhor, pois estão estudando algo da sua realidade. É por meio, dessas aulas e didáticas que o professor coloca em prática um ensino transformador, que de fato atenda as necessidades e expectativas que o sujeito tem a respeito do que está sendo trabalhado, tornando-lhe uma pessoa crítica socialmente por meio de uma educação libertadora (Freire, 2014).

Dessa maneira, esse momento foi de grande relevância para os educandos, que por meio dessa atividade tiveram a oportunidade de conhecer ainda mais sobre a história e cultura da sua localidade. Assim, essa pesquisa com os alunos mostra o quanto é importante a disciplina de identidade cultural, pois além desse conhecimento que os alunos obtiveram, essa





ação permite que a realidade social e contexto histórico continuem sendo repassado para as próximas gerações, fortalecendo ainda mais o sentimento de pertencimento que o educando tem sobre a comunidade onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que dar importância à identidade cultural nas escolas é crucial para impulsionar um aprendizado efetivo e para construir uma educação inclusiva e que realmente faça a diferença. Entendendo que a escola atua como um local de convívio, de construção de valores e de obtenção de saberes, é fundamental enxergar os sujeitos como detentores de bagagens únicas, com suas histórias, culturas e experiências de vida, que precisam ser consideradas no planejamento curricular e nas formas de ensinar.

As ideias exploradas, juntamente com a vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), revelam que quando o que se aprende na escola tem a ver com o dia a dia dos alunos, principalmente daqueles que vivem na área rural, o aprendizado se torna mais significativo. A atividade desenvolvida é um ótimo exemplo de como esse reconhecimento surge das vivências na comunidade, incentivando não só o aprendizado dos conteúdos, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos alunos.

Ao valorizar os saberes locais como parte do ensino, a escola desempenha um papel social ainda maior, auxiliando na proteção das lembranças e costumes da comunidade. Essa forma de pensar reforça a necessidade de uma educação focada no campo que não se prenda apenas à reprodução de informações urbanas, mas que valorize a cultura, a história e o jeito de viver das pessoas que o compõem.

Em suma, notamos que a ligação entre a escola, o currículo e a comunidade é essencial para o desenvolvimento de uma educação mais humana, democrática e ligada à realidade. A experiência no PIBID reforça que as práticas de ensino que valorizam a identidade cultural fortalecem a ligação entre o conhecimento da escola e o dia a dia dos alunos, incentivando a formação de pessoas que questionam, que têm consciência e que se envolvem na transformação da sociedade. Assim, a escola no campo cumpre seu papel social de educar, proteger e valorizar as diferentes formas de saber que formam o patrimônio cultural das comunidades rurais do Brasil.





REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. Palmas-TO. Editora Loyola: 2005.

ARROYO, M. G. Etall. **Por uma Educação do Campo**, Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2004

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 de julho. 2024.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.147-158

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo e cultura**; org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: MEC/SEB, 2008.

PEREIRA, A. C. S. **Condições de funcionamento de escolas do campo: em busca de indicadores de custo-aluno-qualidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Pará, p. 149. 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.





SILVA, Tomáz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

